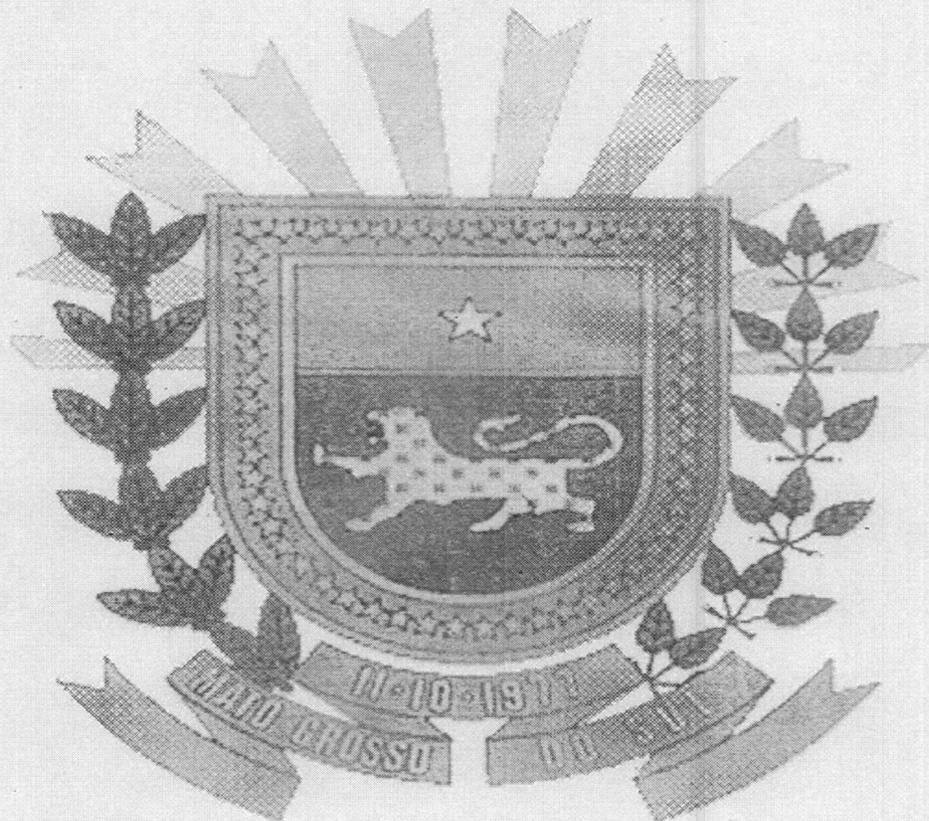




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

IX CONCURSO PÚBLICO PARA  
PROCURADOR DO ESTADO



PROVA PREAMBULAR - 17 DE ABRIL DE 2005



## IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

Senhor (a) Candidato (a)

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO ENQUANTO AGUARDA O SINAL DE INÍCIO DA PROVA.**

- Este CADERNO DE PROVA contém 36 páginas, numeradas de 01 a 36, contendo 100 (cem) questões do tipo múltipla escolha referentes às disciplinas do conteúdo programático do concurso – Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Ambiental, Direito Administrativo, Legislação Institucional e Organizacional do Estado, Direito Civil e Comercial, Direito Tributário, Direito Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho – com cinco opções de resposta.
- CONSTATANDO qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, questões sem cinco alternativas, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES APOS O INÍCIO DA PROVA.**

### PARA SUA SEGURANÇA

- Leia atentamente cada uma das questões e assinale no CARTÃO DE RESPOSTAS, com um "X", sem rasura, a alternativa que lhe parecer correta em decorrência da pergunta formulada. Ao fazê-lo, observe sempre a correspondência entre o número da questão e a alternativa escolhida. Não assinale o cartão antes de cuidadosa revisão.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta para assinalar no cartão de respostas.
- Será considerada errada a resposta não assinalada, marcada em mais de uma alternativa ou rasurada.
- Não coloque no CARTÃO DE RESPOSTAS qualquer sinal ou dado que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova.
- Preencha o seu nome, número de inscrição e assinale apenas a parte destacável do CARTÃO DE RESPOSTAS, que deverá ser entregue ao fiscal de sala no término da prova.

### LEMBRE-SE

- É VEDADA, NESTA PROVA, QUALQUER TIPO DE CONSULTA. A transgressão importará na eliminação do candidato do concurso.
- É PROIBIDO o uso de qualquer aparelho eletrônico. O celular deve ser mantido desligado.
- Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro, lavrando-se o competente termo.
- O tempo de duração da prova será de 5 (cinco) horas. Após 02 horas de prova, o candidato poderá levar o CADERNO DE PROVA.
- É proibido fumar na sala de prova.

### FIQUE SABENDO

- O GABARITO DA PROVA será divulgado na sede da Procuradoria-Geral do Estado no dia 19 de abril de 2005, publicado na página da PGE na internet ([www.pge.ms.gov.br](http://www.pge.ms.gov.br)) e no Diário Oficial do Estado na mesma data.
- A audiência pública para identificação dos candidatos e respectiva pontuação dos mesmos será no Auditório Pantanal, na sede da Procuradoria-Geral do Estado, Parque dos Poderes, Bl. IV, Campo Grande, no ~~dia 19 de abril de 2005, às 10 horas.~~

Boa Prova!  
A Comissão de Concurso



## DIREITO CONSTITUCIONAL, AMBIENTAL E PREVIDENCIÁRIO

1 - Quanto ao conceito e à classificação das constituições e das normas constitucionais, à hermenêutica constitucional, às normas programáticas e ao preâmbulo na Constituição da República de 1988 e, ainda, acerca do histórico das disposições constitucionais transitórias, julgue os itens seguintes:

- I - As constituições costumeiras são flexíveis, ao passo que as constituições escritas podem ser somente semi-rígidas ou rígidas;
- II - Em consonância com precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), o preâmbulo da Constituição Federal vigente, em razão de sua natureza jurídica de norma constitucional, pode ser invocado para a defesa de um direito;
- III - Verifica-se a existência de disposições constitucionais transitórias em todos os textos constitucionais brasileiros, desde a Constituição de 1891, e, segundo precedente do STF, as normas que integram as disposições constitucionais transitórias, como categorias normativas subordinantes, impõem-se no plano do ordenamento estatal;
- IV - O fato de uma regra constitucional contemplar determinado direito cujo exercício dependa de legislação integradora não a torna, só por isso, programática;
- V - O método de interpretação constitucional denominado hermenêutico-concretizador pressupõe a pré-compreensão do conteúdo da norma a concretizar e a compreensão do problema concreto a resolver, havendo, nesse método, a primazia do problema sobre a norma, em razão da própria natureza da estrutura normativo-material da norma constitucional.

- a - Somente estão corretas as de números I e V;
- b - Todas estão corretas;
- c - Somente estão corretas as de números III e IV;
- d - Somente a de número II está correta;
- e - Todas estão erradas.

2 - As normas constitucionais denominadas de exauridas constam:

- a - Do preâmbulo constitucional;
- b - Do ato das disposições constitucionais transitórias;
- c - Do processo legislativo;
- d - Da ordem social;
- e - Da ordem econômica e financeira.

3 - Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais e ao poder constituinte, julgue os itens seguintes:

- I - Entre os vários métodos construídos pela doutrina constitucionalista, voltados à discussão da aplicabilidade das normas constitucionais, o método tópico caracteriza-se por pregar que cada tema constitucional seja exaustivamente tratado em nível técnico aprofundado para que, futuramente, o intérprete possua arsenal técnico-jurídico necessário à sua função como operador do direito;
- II - Segundo doutrinadores ligados à corrente jusnaturalista, preexistem princípios à constituição escrita, autônomos em relação às decisões do legislador constituinte, e que o vinculam de tal sorte que as normas constitucionais que os contrariem devam ser consideradas juridicamente inválidas e não-obrigatórias;
- III - Emendas à Constituição podem incidir no vício de inconstitucionalidade, desde que vulnerem cláusulas pétreas consagradas no texto constitucional;
- IV - A previsão de matéria constitucional imutável, não sujeita ao exercício do Poder Constituinte reformador, surgiu em nosso ordenamento jurídico na Constituição de 1934;



V - A "tese da dupla revisão" defende que enquanto todas as regras da Constituição – exceto as incluídas no núcleo fundamental – seriam protegidas pela rigidez simples, as matérias abrangidas pelas cláusulas pétreas seriam duplamente protegidas. Para modificá-las, seria preciso, primeiro revogar a cláusula pétrea, depois, alterar as disposições sobre a matéria em questão.

- a - Somente estão corretas as de números III e IV;
- b - Todas estão corretas;
- c - Somente estão corretas as de números II, III e V;
- d - Somente a de número I está correta;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.

4 - Princípios constitucionais estruturantes são aqueles que:

- a - Dizem respeito às tarefas que a Constituição incumbe ao Estado, geralmente para o atendimento de necessidades coletivas de natureza econômica, social e política;
- b - São compostos por normas constitucionais que propõem diretamente uma garantia individual;
- c - Presidem um específico conjunto de normas afetas a um determinado tema, capítulo ou título da Constituição;
- d - Informam a ordem jurídica nacional e refletem a ideologia inspiradora da Constituição;
- e - Expressam as decisões políticas fundamentais do constituinte no que pertine à organização básica do Estado e às idéias e aos valores fundamentais triunfantes na Assembléia Constituinte.

5 - Em relação ao controle de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgue os itens a seguir:

- I - Desde a Constituição de 1981, na evolução histórico constitucional do sistema de controle de constitucionalidade, no Brasil, diferentemente do que ocorre em alguns Estados europeus, as decisões do Poder Judiciário sobre a constitucionalidade das leis nunca foram passíveis de revisão pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo;
- II - Com exceção do STF, nenhum tribunal de justiça ou qualquer outro órgão do Poder Judiciário tem competência para julgar arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ademais, lei ordinária não pode atribuir aos tribunais de justiça competência para apreciar tal ação;
- III - Lei ou ato normativo distrital de natureza municipal que contrarie a Constituição Federal somente pode sofrer controle de constitucionalidade pelo meio difuso. Há, contudo, a possibilidade de ajuizamento da ADPF da lei ou ato normativo distrital de natureza municipal, confrontada perante a CF;
- IV - Segundo o entendimento do STF, por ser a ADI uma ADC com sentido invertido, é constitucional a extensão, por lei ordinária, do efeito vinculante atribuído à ADC pela Constituição Federal;
- V - De acordo com a jurisprudência do STF, em razão do princípio da subsidiariedade, que rege o ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, a mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, por si só, basta para justificar o não conhecimento da ação.

- a - Somente estão corretas as de números IV e V;
- b - Todas estão corretas;
- c - Somente estão erradas as de números I e V;
- d - Somente estão corretas as de números II, III e V;
- e - Nenhuma das alternativas está correta.



6 - Assinalar a alternativa correta:

- a - A inconstitucionalidade por omissão verifica-se nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais;
- b - As decisões definitivas de mérito nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei produzirão eficácia contra todos, mas não terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Judiciário que manterão sua independência;
- c - A inconstitucionalidade por ação somente se configura quando há normas formadas por autoridades incompetentes ou em desacordo com formalidades ou procedimentos estabelecidos pela Constituição Federal;
- d - Estabelecido pelo artigo 97 da Constituição Federal que "*somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei*", não poderá o juiz singular considerar lei inconstitucional em suas decisões;
- e - Havendo afronta aos direitos da pessoa humana pelo Governador, o respectivo Estado-Membro poderá sofrer intervenção federal mediante Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, proposta pelo Procurador-Geral do Estado.

7 - Inconstitucionalidade conseqüente é aquela que decorre de:

- a - Contrariedade de um ato precedente ao texto da Constituição superveniente;
- b - Emissão de um ato violador da Constituição, na vigência da norma constitucional;
- c - Desconformidade do conteúdo do ato com o conteúdo da Constituição;
- d - Violação direta da norma constitucional, por lei ou ato normativo inferior;
- e - Efeito reflexo da inconstitucionalidade imediata.

8 - Sobre os princípios fundamentais, dos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, não podemos afirmar que:

- a - Os fundamentos da República Federativa do Brasil são: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político;
- b - É permitido reunir-se pacificamente, sem armas, em lugar aberto ao público, independentemente de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada;
- c - A prevalência dos direitos humanos é princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil;
- d - Na proteção dos direitos sociais e dos direitos individuais da criança, do adolescente e do idoso, a Constituição Federal não previu expressamente a licença-maternidade de 120 dias à mulher, empregada ou servidora pública, em caso de adoção;
- e - É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

9 - A saúde é direito de todos e dever do estado. Aponte a alternativa correta:

- a - Cabendo à União Federal e aos Estados organizar e financiar, com exclusividade, o sistema único de saúde com a participação da comunidade;
- b - Sendo vedado à iniciativa privada a assistência à saúde por meio do sistema único de saúde implementado exclusivamente pelo poder público;
- c - Devendo as ações e os serviços públicos e privados de saúde integrar rede nacional centralizada e hierarquizada com direção única no Governo Federal;
- d - Podendo as instituições privadas participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;